

# A PROPÓSITO DE “MEGÁLITOS”

## Comentário pontual (corrigenda) a parte de um debate incluído em livro recente

### 1. Introdução explicativa

O Instituto Português de Arqueologia (Lisboa, Ministério da Cultura) publicou recentemente (sem data, mas já distribuído em 2001) uma obra (Actas) resultante do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo (Reguengos de Monsaraz, Outubro de 1966), dirigida por Victor Gonçalves, e intitulada “Muitas Antas, Pouca Gente?”. Está inserta, com o nº 16, na colecção “Trabalhos de Arqueologia”.

Particpei, com proveito e gosto, e como simples auditor, naquele Colóquio, como aliás já num segundo da mesma série, efectuado em 2000. O livro resultante tem evidentemente muito interesse; não é, porém, meu intuito comentá-lo aqui na sua globalidade, mas apenas uma parte final que me diz respeito. É que o Colóquio concluiu com um debate sob a tema “Em torno às origens do megalitismo”, no qual o coordenador, e meu colega da FLUL já citado, Prof. Victor Gonçalves, me convidou a participar, o que fiz com muita satisfação. Tanto mais que eram nossos interlocutores pessoas da craveira de Carlos Tavares da Silva (português), Primitiva Bueno, Rodrigo Balbín Behrmann, J. M. Bello Dieguez (espanhóis), Charles Tanguy Le Roux, Roger Joussaume (franceses) – todos eles, aliás, meus amigos de longa data.

Porém, nunca me foram enviadas as transcrições da minha participação no debate, para revisão – como esperava, e como por exemplo faço sempre com os intervenientes das “Mesas-redondas de Primavera”, do Porto. Por que é que faço isso?

– Porque a transcrição do discurso oral para o escrito corresponde inelutavelmente a uma profunda transformação (por exemplo, a linearização do raciocínio);

– Porque há muitas redundâncias no discurso oral, cuja expressividade pode até viver disso, mas que são espúrias no discurso escrito;

– Porque a transcrição do oral cria um efeito de falsa “espontaneidade”, associada a pre-conceitos do senso comum, como se o discurso escrito fosse o lugar da contenção (e portanto da “mentira”, da encenação) e o discurso oral o lugar onde a pessoa “de facto diz o que pensa” (lugar da “verdade”);

– Porque se corre o risco – simplesmente por má transcrição, por deficiência de gravação, por deficiente entendimento de quem transcreve – de se pôr na boca de uma pessoa o que ela não quis dizer.

É portanto, como princípio geral, uma questão de respeito pelos intervenientes num debate submeter-lhes para revisão final aquilo que vai ser publicado como tendo sido dito por eles; e também uma questão de qualidade da obra produzida, que só ganha em ser

retocada dos “defeitos” ou “excrecências” da oralidade. É certo que há autores que gostariam de reescrever as suas intervenções orais no texto escrito, ou pretendem simplesmente introduzir correções a algum lapso, que possam ter cometido, induzindo em erro os intervenientes seguintes; a uns e outros peço que respeitem o sentido do que basicamente disseram, e quando necessário acrescentem notas de rodapé (que podem até ser extensas) para assim explicitarem melhor o seu pensamento, não cortando o “fio” do debate.

Não faço aqui juízos de valor. Não vou afirmar que o facto do texto ter sido publicado sem minha prévia revisão (mesmo quando é intercalado com a indicação de “risos”), o foi com qualquer intenção negativa a meu respeito. Isso não é admissível entre colegas, nem uma pessoa bem formada, de boa fé, e interessada em problemáticas científicas, iria convidar um colega – nomeadamente, como é o caso, que conhece há 35 anos – a intervir num debate, para depois o tratar assim. Portanto, isso não aconteceu. Aconteceu apenas que o texto foi publicado – é um facto – e que convém ser rectificado, para bem dos leitores e da inteligibilidade desta pequena parte da obra. É o que, sem mais preâmbulos, vou passar a fazer, transcrevendo as minhas intervenções tal como elas teriam sido dadas à estampa se revistas por mim, pela ordem em que foram feitas.

## 2. Corrigenda

*1ª intervenção* – pp. 312-313 – Vivemos numa época e numa sociedade em que tudo é interpretado funcionalisticamente, e tendemos a projectar no passado essa perspectiva. Lembrem-se daquelas três perguntas que Gordon Childe recomendava aos arqueólogos, perante um testemunho: quem o fez? quando o fez? Para que é que o fez? Estamos longe, hoje, dessas perguntas simples.

Tradicionalmente víamos os megálitos como tendo uma finalidade funcional. Era ali que se colocavam os mortos. E assim projectávamos neles uma atitude contemporânea. Hoje a morte processa-se em lugares longe da casa, longe da família, e a sociedade procede rapidamente ao enterro do cadáver. Nas sociedades tradicionais, os mortos eram algo que continuava a existir (embora de outra maneira) na proximidade dos vivos, convivendo com os vivos. Em muitas sociedades de agricultores “simples” os mortos eram ainda mais “vivos” (mais importantes, mais carregados de sabedoria) do que os próprios vivos – tinham uma maior carga simbólica do que estes.

A nossa maneira actual de ver os mortos, de os descartarmos, projecta-se na visão de senso comum do megalitismo, o que é um erro óbvio. Quando se construam estes monumentos, quer se situassem perto do lugar habitado (caso de Los Millares), quer se situassem mais longe, as necrópoles eram elementos activos da construção do sentido na vida quotidiana.

Outro problema resulta de uma ilusão da nossa própria terminologia. Nós isolámos um fenómeno, que designámos “megalitismo”, e agora confrontamo-nos com a sua variabilidade interna e com o carácter difuso das suas fronteiras conceptuais. Como podemos organizar tanta variedade, tanta diversidade? Há sucessão simples de soluções arquitectónicas no tempo (evolucionismo unilinear)? Ou, pelo contrário, de zona para zona pode ter-se assistido a diferentes trajectos, que seriam cronologicamente paralelos mas não coincidentes (evolucionismo multi-linear)? Deve admitir-se a simultaneidade de tipos diferentes (polimorfismo) em certas épocas/regiões? E, nesse caso, qual o significado em cada

contexto, em cada necrópole ou área, de tal polimorfismo? Essa simultaneidade temporária é conjugável com uma certa evolução, que a uma escala mais ampla pode admitir-se ser unilinear (por exemplo: dólmen sem corredor – dólmen com pequeno corredor – grande dólmen de corredor, com átrio – eventual indiferenciação câmara/corredor – cista megalítica ainda com mamoa – cista sem mamoa) ou multilinear (complicando muito mais as coisas, porque cada região teria a sua evolução própria, em termos de grande escala, sem excluir simultaneidades de tipos diferentes a uma escala mais baixa)?

Duas coisas parecem evidentes: primeiro, o monumento sob mamoa, com corredor e câmara, antecedido de um átrio, é um dispositivo teatral para encenações litúrgicas. O interior guardava um “segredo” (incluindo o que hoje chamamos “arte”) a que só alguns teriam acesso – a câmara podia até ser um espaço onde era preciso as pessoas rastejarem para poderem entrar, como se vê por ex. em Knowth, num dos maiores monumentos do vale do Boyne, na Irlanda. A câmara era um espaço sagrado, interdito à maioria.

Segundo, há em muitas necrópoles variabilidade arquitectónica de monumentos contemporâneos (polimorfismo), como comprovámos claramente, com datas, na Aboboreira.

2ª intervenção – p. 313 – Na Serra da Aboboreira propriamente dita há um só dólmen de corredor; na Serra do Castelo fronteira, em Chã de Arcas, existe um outro, ainda em escavação. O primeiro referido, o dólmen 1 de Chã de Parada, tem datas que, calibradas a dois sigma, situam a sua construção na primeira metade do 4º milénio AC. Da primeira metade do 4º milénio datam também os monumentos 1 de Chã de Santinhos (dólmen simples), 2 de Chã de Santinhos (fossa sob *tumulus*), 3 de Meninas do Crasto (dólmen simples), 2 de Outeiro de Gregos (dólmen simples). Portanto, existe aqui uma certa contemporaneidade entre dólmenes simples e dólmen de corredor, embora este pareça tendencialmente um pouco mais recente do que aqueles, adentro da primeira metade do 4º milénio. Mas isso não significa que não haja monumentos mais antigos (2ª metade do 5º milénio AC), como Meninas do Crasto 2 (dólmen simples), Furnas 2 (dólmen simples) e, talvez mesmo, Mina do Simão (dólmen simples alongado, barquiforme). No planalto de Castro Laboreiro, a pequena Mamoa 3 do Alto da Portela do Pau (apenas com anel lítico envolvendo a parte central, não megalítica) está também datada da 2ª metade do Vº milénio AC. Já a datação da Mamoa 2 do mesmo núcleo (com câmara megalítica e provável vestíbulo), contígua, é mais controversa, pois tanto pode situar-se ainda na segunda metade do 5º milénio AC (o que a tornaria genericamente contemporânea da Mamoa 3), como já na primeira metade do 4º.

De notar que, a norte do Douro, em território português, poderão ter existido mais de mil monumentos com *tumulus*, mas nem todos são megalíticos. Há regiões inteiras do interior de Trás-os-Montes que têm apenas monumentos com *tumulus*, mas não megalíticos; e estes também se incluem em necrópoles ditas “megalíticas” como a da Aboboreira – pelo que falar de megalitismo e querer periodizá-lo com base em arquitecturas internas, ortostáticas, não é só redutor, mas um completo disparate.

3ª intervenção – p. 314 – Os monumentos com corredor diferenciado, a Norte do Douro, possivelmente situar-se-ão já na primeira metade do 4º milénio AC.

Como se sabe, tipologicamente – mas sem tirar daí consequências cronológicas – devemos distinguir monumentos fechados, com planta mais ou menos poligonal regular (Outeiro de Gregos 2, por ex.), ou alongada (Mina do Simão), de monumentos poligonais,

mas abertos, uns pequenos (Outeiro de Ante 3), outros grandes (Outeiro de Ante 1), dólmenes abertos com vestíbulo (isto é, com a entrada simbolicamente assinalada por dois monólitos, um de cada lado, por vezes muito baixos) (Zedes, em Carrazeda de Ansiães, por ex.), dólmenes com corredor curto (Vilarinho da Castanheira, no mesmo concelho, por ex.) ou médio (Chã de Parada 1, na Aboboreira, por ex.).

Se admitirmos que alguns dos dólmenes mais pequenos poderão datar da segunda metade do 5º milénio AC, devemos imaginar que eles continuaram a ser construídos durante a primeira metade do 4º milénio AC, concomitantemente com os dólmenes de corredor, e com muitas outras formas possíveis de enterramentos sob *tumulus*, cuja diacronia ainda está muito mal estabelecida, e pode variar de caso para caso.

Uma incógnita reside na segunda metade do IVº milénio AC. É um vazio da construção “megalítica”. Há monumentos de corredor e câmara indiferenciado, em planta, como a anta de Santa Marta (Penafiel), ou em planta e em alçado (quase lembrando um dólmen em V, para utilizar uma terminologia bretã, como o da Eireira, em Afife (Âncora), escavado por Eduardo Jorge L. Silva. Mas não temos elementos seguros para estabelecer a respectiva cronologia. É todavia curioso notar que este tipo de monumentos alongados não existe na Galiza – é como se a grandeza média dos maiores monumentos tivesse tendência para decrescer à medida que caminhamos para norte, a partir da Beira Alta.

Tudo o que podemos dizer é que materiais campaniformes (3º milénio AC) “parasitaram” os mais diferentes tipos de monumentos anteriores, desde os dólmenes simples aos de corredor. Na Serra da Aboboreira, uma cista megalítica sob *tumulus* clássico (exteriormente lembrava uma mamoa neolítica) (Chã do Carvalhal 1) foi construída em plena época campaniforme (transição do Calcolítico para a Idade do Bronze ?), e continha pontas de tipo Palmela e punhais em cobre (na mamoa), e cerâmica campaniforme (na área da câmara) (trabalho de Domingos Cruz).

Na primeira metade do 2º milénio AC., durante o Bronze antigo, as áreas tradicionais da necrópole da Aboboreira (Outeiro de Gregos 1, Meninas do Crasto 4) são ocupadas por monumentos inovadores, disfarçados na paisagem, construídos só com pedras (“cairns”), e contendo pequenos sepulcros cistóides. Parece ser esta a última fase em que se assinalou as sepulturas no terreno com mamoas, mas estas, as mais das vezes, seriam de muito pequeno porte. Há sempre porém que fugir à tentação evolucionista de tudo querer agrupar segundo sequências simples de protótipos arquitectónicos, quando suspeitamos que foi o polimorfismo que imperou em cada época. Aceitar o polimorfismo, a variedade de soluções construtivas, não implica obviamente admitir que todas as soluções tenham surgido ao mesmo tempo, e tenham tido a mesma longevidade.

O chamado “megalitismo”, quando observado de perto, é um fenómeno muito complexo. Estamos aliás perante sociedades com clara hierarquização social, em que uma maioria (ou a totalidade) da população contribuiria para construir um monumento – onde é evidente a liderança de uma elite de construtores – que se destinava não tanto a enterrar defuntos, como a guardar relíquias de antepassados. Enterramento colectivo, de grupos de maior escala, eventualmente aparentados, deve ser um fenómeno relativamente tardio, e não foi até hoje ainda comprovado no Norte de Portugal.

A hierarquização social começou, aliás, provavelmente, muito antes do Neolítico. Lembremo-nos do livro de A. Testart sobre os caçadores-recolectores e o início das desigualdades; essas desigualdades sociais, quanto a ele, ligam-se primordialmente à capacidade de armazenar alimentos (consumir de forma diferida ao longo do tempo, ou até acumular

“excedentes”, isto é, riqueza, utilizável para fins que transcendem a mera subsistência), e não tanto, primordialmente, ao domínio das técnicas agro-pastoris. Em certas zonas onde o alimento é sazonalmente muito abundante, se ele puder ser capturado e conservado muito para além das necessidades imediatas de consumo, cria uma riqueza que pode até levar a sociedades altamente hierarquizadas, sedentarizadas, mesmo ao nível de um modo de vida baseado na caça-recoleção. Mas não se trata de uma relação determinística linear, de causa-efeito!

*4ª intervenção* – p. 316 – É preciso ter em atenção que as comunidades de caçadores-recolectores contemporâneas, sistematizadas por autores como Elman Service ou Marshall Shalins, e em colóquios como o célebre “Man the Hunter” dos anos sessenta, são tão contemporâneas como nós. Não há hoje (nem havia nos sécs. XIX ou XX) descendentes directos, ou “fósseis sociais” parados no tempo, que nos ilustrem como seriam os caçadores-recolectores madaleneses do Paleolítico Superior, por exemplo.

*5ª intervenção* – p. 316 – O que é importante é não cairmos em essencialismos. Quando estamos a discutir “megalitismo”, estamos de certa forma a essencializá-lo, mesmo quando a seguir dizemos que ele é polimorfo. Instalamos uma variabilidade dentro de uma moldura, de um conceito, pré-formado por nós, e que impede uma visão mais realista da variabilidade dos fenómenos, neste caso das arquitecturas pré-históricas.

Por vezes esquecemo-nos de que qualquer ciência histórica vive da perspectiva; não se trata de presentificar o passado, “domesticando-o” segundo os nossos lugares-comuns de hoje (o que nos parece evidente, natural), mas, pelo contrário, ganhar distância em relação ao que se nos afigura óbvio, perceber que quem construiu os chamados “monumentos megalíticos” era uma humanidade muito diferente de nós. A arqueologia, a história, só tem interesse se for um jogo que utilize esta perspectiva de recuo, de auto-crítica em relação ao que nos parece evidente, para melhor compreender, para melhor abarcar – e para de novo voltar a duvidar, aceitando a auréola de “diferente” (de incompreensível) que rodeia tudo o que já julgámos perceber (o igual, o familiar).

É preciso saber não dogmatizar, mas a nossa necessidade de “pontos de apoio” para afrontar a complexidade do mundo é tão grande, que é praticamente irresistível a tentação para a simplificação, simplificação que, no fundo, todo o saber implica.

*6ª intervenção* – pp. 317-318 – Creio que uma das formas de ultrapassarmos impasses é – para além de nos libertarmos de questões mal formuladas, e de terminologias enganadoras – a de desenvolvermos projectos de investigação consequentes à escala regional, com capacidade de articular observações feitas em diversos tipos de sítios. Não basta estudar muito bem um monumento isoladamente – a escala pertinente é outra, mais ampla.

Um dos assuntos sobre os quais se tem escrito bastante, e publicado novos dados (embora muitos outros se mantenham inéditos), é o da chamada “arte megalítica”. Aqui, estamos a tratar de um universo gráfico organizado simbolicamente, de forma muito sofisticada, pelo que há que abandonar as perspectivas empíricas e ingénuas, e tentar fazer algo de comparável com o que Leroi-Gourhan fez no seu tempo para a arte paleolítica: ver as “estruturas” (de organização sintáctica dos grafismos) por detrás das aparências” (simples descrição avulsa de “motivos”).

Assim, os elementos figurativos não têm sentido se forem vistos como representando parcelas da realidade comum, visível, quotidiana; são, com certeza, símbolos, representam uma realidade outra, integrando-se, aliás, numa evidente concepção de conjunto, que fazia corpo com a arquitectura do dólmen, e que estava em relação com uma cosmologia. Nesta ordem de ideias, nem a chamada “pele esticada de animal” se pode interpretar “à letra”, nem muito menos a por vezes denominada “cena de caça” da Orca dos Juncais, na Beira Alta, por exemplo.

No primeiro caso, parece estarmos perante algo que se encontra “a meio caminho” entre o antropomórfico e o zoomórfico, entre o humano (ou algo de “transcendente” humanizado) e o animal. É uma figura hierática, de grandes dimensões, situada em posições importantes no quadro do esteio em que se insere, e no contexto geral da câmara. Tratar-se-á de um operador de articulação de dois mundos, o da vida quotidiana e o do além, representando simultaneamente uma espécie de fusão entre a natureza (animal) e a cultura (ser humano)? No caso da Anta da Arquinha da Moura, Tondela, a figura parece ter, na sua periferia, uma série de pequenas protuberâncias, que lembrem uma eventual emanção de luz por detrás da figura, conferindo-lhe um aspecto “sobrenatural”, e dando-nos a sugestão de estarmos perante uma imagem obtida num contexto de tipo “transe” chamânico.

A mesma dualidade aparente natureza/cultura, e/ou animalidade/humanidade, ocorre na tal “cena de caça” da Orca dos Juncais, onde seres humanos afrontam cervídeos, ordenando-se toda a composição em função de um eixo central vertical representado por um motivo sub-rectangular (?) mal conservado, mas evidentemente muito importante, que nos adverte para o carácter “abstracto” de todo o conjunto.

É possível que as narrativas para que estas figurações reportavam se relacionassem com toda uma negociação entre mundos diferentes, onde o eixo do tempo (o cervídeo macho muda o aspecto das suas hastas ao longo do tempo) teria uma grande importância (aliás, também plasmada na procura da pedra bruta, sumariamente afeiçoada, como material de construção e de estruturação das arquitecturas), e onde a negociação entre o mundo “humano” (imaginário) e os outros “mundos” (telúrico, celestial?) estaria no centro das preocupações. É notório que, numa sociedade agrícola-pastoril, sejam a “caça” e animais não domésticos (cervídeos) a surgirem representados, como também é interessante observar que a figura humana ocorre sempre, no “megalitismo”, em pequenas dimensões relativas, inscrita num quadro cósmico, por vezes extremamente organizado e compartimentado (Antelas – Oliveira de Frades, por ex.).

O carácter abstracto da “arte megalítica” é particularmente patente em símbolos como “a coisa”, assim designada por E. Shee Twohig, ou noutros motivos sub-trapezoidais, que ocorrem, por exemplo, em Antelas ou na Mota Grande (Castro Laboreiro, Melgaço). Tratar-se-á de diferentes versões gráficas de um mesmo símbolo? Estaremos na “arte megalítica” perante um conjunto de transformações estruturais, em que o mesmo elemento poderia “significar” coisas diferentes consoante o contexto, ou de acordo com variações morfológicas de pormenor, e em que, por outro lado, “motivos” ou composições aparentemente diferentes poderiam estar relacionadas com a mesma “narrativa” ou até com personagens ou sequências de sentido semelhantes? Basta pensarmos na complexidade das visões do mundo que se plasma nas artes australianas para ganharmos recuo em relação a visões simplistas neste domínio, infelizmente tão correntes.

Compreender a “arte pré-histórica” não é como decifrar uma epígrafe, que foi concebida inicialmente como um documento escrito com um sentido definido. É abeirarmo-

-nos de toda a fluidez do sentido de sociedades sem escrita, baseadas na memória e na oralidade, onde não teria cabimento a própria ideia de “fixar” permanentemente uma significação. Uma manifestação gráfica era apenas um ponto de apoio de narrativas, que se inscreviam provavelmente em saberes esotéricos, só acessíveis a alguns, e cujos “sentidos” poderiam ser negociados contextualmente e obedecer a variantes infinitas. É um anacronismo total projectarmos numa sociedade “neolítica” a relação (na verdade, diversificadíssima) que hoje temos com a imagem, e muito particularmente com a imagem a que atribuímos uma conotação religiosa e/ou artística, a qual é, por definição, polissémica.

Compreender a “arte pré-histórica”, incluindo a “megalítica”, é abeirarmo-nos de um universo simbólico fluido, complexo, sem uma significação estável. Mas isso não significa que não possamos descrever rigorosamente as suas formas, tratá-las em termos de análise sistemática, e procurar encontrar as regras sintácticas do sistema, sem a pretensão de lhe encontrarmos uma “semântica” escondida. É preciso habituarmo-nos (neste como em tantos outros domínios) a viver com a complexidade, com a dificuldade, sem querer identificar tudo, dar nomes a tudo, domesticar tudo – numa projecção ingénuas, e por vezes ridícula, das nossas visões simplistas sobre os povos que nos precederam e suas representações.

Porto, Abril de 2001.

*Vítor Oliveira Jorge*